Manuel Villaverde Cabral

Análise Social, vol. XII (45), 1976-1.º, 106-126

Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo*

Às voltas com o século XIX português, parece-nos hoje legítimo pensar que, do ponto de vista teórico, este período vem a coincidir com a problemática da *transição*. Pierre Vilar, num texto de debate com Althusser, referia-se à história do Portugal dos Descobrimentos e da expansão ultramarina como um dos casos a privilegiar, do ponto de vista da análise concreta de uma situação concreta, para o estudo da *acumulação primitiva* («Histoire marxiste, histoire en construction — essai de dialogue avec Althusser», in *Annales*, Janeiro-Fevereiro de 1973). Temos, no entanto, a sensação de que o Prof. Vilar não deixa perfeitamente claro, como às vezes sucede quando se aborda o tratamento da acumulação primitiva, o duplo carácter que tal processo tem para Marx, atentando apenas em *um só* dos seus lados: o da acumulação de riqueza móvel: ouro, mercadorias, dinheiro em suma.

Ora, como teremos ocasião de mostrar num outro texto consagrado ao modelo da transição segundo Marx (a publicar proximamente em *Análise Social*), o processo da acumulação primitiva é bem um duplo processo: o da acumulação de riqueza móvel, de um lado, *e* o da acumulação de força de trabalho separada dos meios de produção de outro lado. Sem esta dupla acumulação não há capital, não há modo de produção capitalista, na medida em que não há troca de dinheiro por força de trabalho para a produção de mercadorias que contenham uma certa quantidade de trabalho que exceda o trabalho necessário à reprodução da força de trabalho implicada na troca; que contenha, em suma, aquilo que Marx, sem o ter inventado, vem a designar por mais-valia *(mehrwert)*.

Neste modelo não cabem dúvidas de que a simples acumulação de riqueza móvel não basta, por si só, para dar origem ao modo de produção capitalista. Para que este venha a ter lugar, é preciso que tal riqueza móvel se troque, para a produção, com uma força de trabalho que é necessário separar, previamente, dos meios de produção — Marx não se limitou a recuperar a *previous accumulation* de Adam Smith: recuperou a designação, sim, mas para a alargar. Não tem aqui cabimento alongarmo-nos sobre as modalidades e os sectores atingidos pela *expropriação:* o que é certo é não

---

* Este trabalho constitui a introdução de um livro a sair muito em breve e intitulado: *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX.*

haver força de trabalho disponível para o trabalho assalariado, relação de produção que define o MPC, sem prévia expropriação dos produtores directos: camponeses e/ou artesãos.

A indiscutível acumulação, cujo *quantum* compete determinar aos historiadores das descobertas e da expansão ultramarina portuguesas, de riqueza móvel na esfera da circulação não implica, pois, necessariamente, e no caso português não o implicou maciçamente, uma acumulação correspondente de força de trabalho separada dos seus meios de produção. Com efeito, e muitíssimo grosseiramente, as descobertas e a expansão ultramarina tornaram possíveis, no Portugal dos séculos XIV a XVI, o abandono da produção por parte das massas trabalhadoras em vias de proletarização das regiões latifundiárias (nesta época, sim, tem pleno cabimento falar de latifúndio) e, possivelmente, o fechar-se sobre si da economia camponesa: é o declínio da agricultura senhorial propriamente dita (servidão). Neste sentido, o capital mercantil com sede em Portugal limitou-se efectivamente a *pôr em contacto* duas esferas produtivas: grosseiramente, os territórios descobertos e os mercados da Europa do Norte, conservando para si o lucro comercial inerente à função de circulação. Frédéric Mauro mostrou que esse lucro não deixava de estar na relação directa do grande risco que então revestia a função de circulação e que, assim como o êxito de uma viagem de ida e volta à Índia podia fazer uma e mais fortunas em poucos meses, também o fracasso dessa viagem podia corresponder muitas vezes, e assim sucedia frequentemente, ao literal afundamento de muita riqueza móvel (cf. *Études économiques sur l'Expansion portugaise*, ed. Gulbenkian, Paris, 1970; cf. também a nossa clássica *História Trágico-Marítima*, que toma dramaticamente por tema a segunda das possibilidades acima evocadas).

Em meados do século XVII, segundo Jaime Cortesão nos parece ter demonstrado, a apropriação, por parte dos capitais com sede em Portugal, da esfera produtiva brasileira não só confere à Restauração de 1640 uma dimensão económica e social inequívoca, como vai apontando, efectivamente, no sentido da emergência do MPC: só que não se trata ainda da submissão ao capital da produção, isto é, dos produtores metropolitanos, mas do escravo negro, que da dupla liberdade do trabalhador assalariado só tem a negativa, o desapossamento dos seus meios de produção (cf. Cortesão, *Geografia e Economia da Reestruturação*, ed. Seara Nova, 1940).

É pois à luz desta dimensão económica e social que tem cabimento conceber a reconquistada independência da classe dirigente portuguesa (o que não exclui um suporte popular mais amplo, como o que lhe busca D. Francisco Manuel de Melo nas suas *Epanáforas* consagradas ao «Manuelinho de Évora», em 1637). Mas esta independência reconquistada tinha, e teve, o seu preço: aquilo a que, em linguagem de hoje, chamaríamos a *dependência* em relação à Inglaterra. Portanto, a dependência de Portugal em relação à Inglaterra — dependência a medir, antes de mais, em termos de aliança militar contra a dominação espanhola, com tudo o que seguidamente daí decorre — não é tanto um facto de colonização (reservemos esta palavra para as colónias propriamente ditas e não dêmos demasiado abrigo aos excessos linguístico-políticos do Lenine do *Imperialismo*) como de alargamento, do centro à periferia, do território de emergência do MPC: já o Prof. Vilar notara o carácter mais capitalista da colonização portuguesa em relação à espanhola (cf. *L'Or et la Monnaie dans l'Histoire*, Paris, 1973).

Não está na nossa competência alongarmo-nos sobre as vicissitudes do mercantilismo, primeira forma da ideologia do nacionalismo económico, ao longo do século XVII. Notemos, no entanto, a respeito deste período relativamente obscuro — obscuro entre nós, mas também lá fora: o MP feudal, enquanto tal, acabou e o MPC ainda não emergiu com aquele carácter de dominância que lhe conhecemos, e daí que os historiadores andem o seu tanto perdidos... —, que o mercantilismo português não é tão *bulionista* (monetarista) como o espanhol, sem no entanto se elevar totalmente ao *colbertismo*. Com o conde da Ericeira, porém, para nos ficarmos pelos grandes nomes que balizam a história da época, já não estamos longe dos projectos de incremento da produção nacional e da sua defesa contra a concorrência estrangeira de um Duarte Ribeiro de Macedo (cf. António Sérgio, *Antologia dos Economistas Portugueses — Século XVII*, 1924; 2.ª ed., Sá da Costa, 1974; cf. também Calvet de Magalhães, *História do Pensamento Económico em Portugal: da Idade Média ao Mercantilismo*, Coimbra, 1967).

E com isto chegamos à alvorada do século XVIII, ou seja, à altura de repensar o famosíssimo Tratado de Methuen (1703). A ideologia do nacionalismo económico — cujo carácter Marx deixou patente num texto inédito sobre as teses de Friedrich List — tem feito do Tratado de Methuen o pecado original do desenvolvimento nacional. Quem ande por aí, como é o nosso caso, tentando fazer da história portuguesa contemporânea objecto de ensino sabe até que ponto o Tratado de Methuen surge, no imaginário do português medianamente instruído, como uma *tarte à la crème* tão inevitável como a dos filmes de Mack Senett... E não são as teses de V. Magalhães Godinho e, mais recentemente, de M. Halpern Pereira que virão pôr termo à ideologia do nacionalismo económico, pois nenhuma delas sai da falsa opção livre-câmbio/proteccionismo, eco longínquo dos «debates» Ericeira-Methuen ou, mais imaginariamente ainda, Passos Manuel-escola de Manchéster...

Felizmente, porém, a história económica portuguesa dos séculos XVIII e XIX não deixou de ser objecto dos trabalhos de dois autores que convergem, ambos, na constatação empírica dos efeitos de arrastamento, para utilizar uma linguagem de hoje, do Tratado de Methuen. Nem Borges de Macedo nem Albert Silbert — são os dois autores em questão — vão muito mais longe do que essa constatação empírica. Parece-nos a nós ser possível avançar um pouco teoricamente, ao nível tanto da natureza do processo do ponto de vista do modo de produção, como do modelo económico de desenvolvimento do ponto de vista da formação social concreta. Do ponto de vista do modo de produção, a assinatura do Tratado de Methuen, numa altura em que o ouro do Brasil não brota ainda em catadupas, corresponde ao primeiro avanço sério do capitalismo na agricultura, à primeira incursão significativa de capitais originários fundamentalmente da esfera da circulação na esfera da produção, incursão que se combina com uma acentuação da dependência da própria aristocracia fundiária da economia monetária e do mercado. Do ponto de vista do modelo económico, parece tratar-se, muito embrionariamente, da expansão do sector exportador primário, multiplicando os rendimentos monetários e alargando o mercado das manufacturas.

É certo, tanto quanto sabemos, que o ouro do Brasil permitiu adiar o processo de *import-substitution* de bens manufacturados que viria a iniciar-se com mais vigor sob Pombal. E também parece certo que os

tímidos avanços industrializantes do período Ericeira foram por água abaixo, sem todavia destruírem totalmente os lanifícios da Covilhã, por exemplo. Mas não é menos certo — e aqui é que caberia começar a falar de acumulação primitiva no sentido do duplo processo acima evocado — que desde o terceiro quartel do século XVIII (Orlando Ribeiro estabeleceu claramente que o movimento ganha aceleração a partir de 1735; cf. adiante), não é menos certo, dizíamos, que a partir desta altura se inicia paulatina, mas continuadamente, a vedação dos campos abertos *(enclosure versus open-field)*, destruindo uma das bases da economia camponesa e contribuindo assim, ainda que nada de momento nos permita quantificar o ritmo do processo, para separar parte, pelo menos, do campesinato da sua terra.

Com o terramoto de 1755 e o advento de Pombal, entramos decididamente no período de declínio do Antigo Regime. Os cabedais da burguesia mercantil — acumulados essencialmente no comércio brasileiro — vão deixar de se contentar com as suas incursões na agricultura do Alto Douro, que aliás partilhavam desfavoravelmente com o grande comércio inglês, e do Sul, onde até então tinha tido lugar o essencial do movimento de vedações e ainda um que outro monopólio manufactureiro (tabaco, etc.), e vão alargar o seu campo de actividades às próprias manufacturas cuja constituição na época pombalina é conhecida. Menos atenção se tem dado aos capitais empatados na reconstrução de Lisboa, que não só permitiram a uma parte dessa burguesia mercantil apropriar-se da renda fundiária urbana, até então nas mãos da aristocracia tradicional, como multiplicaram significativamente o ciclo da construção civil, desde a extracção de pedra à indústria da cerâmica, passando pela serração de madeira, vidraria, etc., sem esquecer, no termo do ciclo, a nova massa de salários distribuídos aos operários (ver, a este propósito, J.-A. França, *Une Ville des Lumières: la Lisbonne de Pombal*, Paris, 1965).

Acresce ainda, como mostrou Borges de Macedo, que o fomento industrial pombalino — ao qual, correctamente quanto a nós, ele dá um cunho muito menos «consciente» do que aquele que lhe tem sido conferido no imaginário nacional-desenvolvimentista — se não limitou àquela meia dúzia de grandes manufacturas criadas com apoio estatal. Com efeito, paralelamente, e como era aliás de esperar, multiplicam-se as pequenas oficinas dos mais variados ramos e dimensões, num relativo pulular que não pode deixar de ir rompendo os quadros rígidos da organização corporativa. Nos campos, o movimento de ocupação privativa dos baldios e de vedação dos campos abertos é secundado por múltipla legislação ao longo do período pombalino. Ao nível local, a jurisprudência apoia também vigorosamente o avanço do «individualismo agrário». Mas há mais: entre 1768 e 1775, a pressão pela «libertação da terra» por parte de eventuais compradores deixa de atingir apenas o campesinato para atacar, embora moderadamente, os próprios vínculos, base material da aristocracia tradicional (cf., a propósito do período pombalino, Borges de Macedo, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, Porto, 1951).

A abolição da escravatura, no final do período pombalino, põe termo, por seu turno, à possibilidade de iludir a relação salarial nas zonas urbanizadas e na agricultura do Sul, a ponto de, nesta última, o conflito de trabalho clássico, documentado pela crónica antes mesmo de 1755, constituir o pano de fundo de todos os queixumes da numerosa classe dos rendeiros capitalistas alentejanos nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras de século XIX, quer sob a forma já tradicional da «falta de braços», quer

mesmo, como sucede nas «petições» às Cortes Constituintes de 1821-23, sob a forma de pedidos de taxações administrativas dos salários rurais: é sintoma do processo que se vinha a atravessar que as últimas taxações — instrumento feudal de intervenção económica — conhecidas remontem a 1756.

Não será de mais referir ainda, no que respeita ao período pombalino, a intervenção estatal no domínio comercial. Borges de Macedo parece ter razão ao desvendar o carácter monopolista das companhias então criadas, entregues, por assim dizer, nas mãos de meia dúzia de grandes capitalistas, quase sempre os mesmos que encontramos nas manufacturas e até em grandes explorações agrícolas comerciais viradas para o mercado lisboeta (é o caso de Jácome Ratton na Outra Banda; cf. Maria Alfreda Cruz, *A Margem Sul do Estuário do Tejo*, Lisboa, 1973), carácter esse que não exclui, através da identificação com o aparelho de Estado, um certo grau de nacionalismo económico antibritânico. Tal nacionalismo está, de resto, patente na vigorosa defesa pautal de que beneficiavam as empresas então constituídas.

Alinhámos até agora elementos suficientes, cremos, para caracterizar a natureza pré-capitalista deste período que, ao longo de perto de uma centena de anos, vai desembocar, como se sabe, na revolução liberal de 1820. Não tem cabimento alongarmo-nos aqui, até porque isso será feito em estudo, a publicar brevemente, sobre o carácter eminentemente conjuntural da primeira grande ofensiva liberal — carácter subjacente, ao mesmo tempo, à sua moderação política, ao seu reduzido impacte junto das grandes massas do campesinato pobre e, finalmente, à sua rápida derrota. Interessa, em contrapartida, examinar o período pós-pombalino, para nos apercebermos de que, nos campos, se é certo a aristocracia tradicional ter conseguido travar totalmente a legislação antivincular — e a raiz dessa contradição está no facto de a própria grande burguesia mercantil não desdenhar vincular as propriedades eventualmente adquiridas, guindando-se assim à categoria de burguesia territorializada, para empregar a expressão de Marx —, não é menos certo ter continuado o movimento de ocupação das terras baldias já evocado.

A penetração do capitalismo nos campos, pela própria territorialização da burguesia mercantil, com vista, as mais das vezes, à apropriação da renda fundiária tradicional, sem impacte, praticamente, no desenvolvimento das forças produtivas agrárias, assume já o duplo carácter de «submissão real do trabalho ao capital» nas zonas de exploração concentrada e de «submissão formal do trabalho» do camponês pobre nas zonas de exploração parcelar. Daí que o pensamento fisiocrático português nunca chegue a ter a clareza e o radicalismo da fisiocracia francesa. No entanto, duas coisas são de reter. A primeira é o facto de, a partir da data de 1789, a literatura económica portuguesa se orientar quase exclusivamente no sentido da defesa dos interesses da agricultura comercial, contra os entraves postos à sua expansão pelo regime senhorial; vários são os autores que levantam a questão dos forais, como Pascoal de Melo, ainda em pleno século XVIII; mais tarde, radicais como Baltasar Chichorro interpretam abertamente o ponto de vista do pequeno produtor mercantil sobrecarregado de taxas senhoriais. Naturalmente, e dado até o carácter semioficial e prático de muita desta literatura, a fisiocracia portuguesa não surge como simples fenómeno de imitação intelectual, mas sim como a defesa de interesses que entretanto tinham vindo a amadurecer.

A segunda coisa a reter é que, com a entrada no século XIX, e sempre com o mesmo carácter oficioso e eminentemente prático, vários são os sociólogos e economistas que começam a abandonar a fisiocracia para, através de Adam Smith, desembocarem, como porta-vozes orgânicos que eram dos interesses ascendentes, na defesa de uma economia liberal temperada pela protecção de que as manufacturas, mais do que a própria agricultura, necessitam perante a concorrência estrangeira: o principal representante desta tendência é José Acúrsio das Neves, com as suas obras contemporâneas da primeira ofensiva liberal.

O amadurecimento dos interesses mercantis ou mesmo capitalistas nos campos não deixa de ter o seu paralelo na esfera manufactureira. Com efeito, e acompanhamos Borges de Macedo no seu trabalho sobre a indústria no século XVIII, se a queda de Pombal veio a coincidir com um abrandamento do fomento e, sobretudo, da protecção estatal às manufacturas, quanto a nós devido, fundamentalmente, à necessidade, por parte das classes que viviam de rendas mais ou menos fixas, de pôr cobro às tendências inflacionárias, agravadas pelo próprio défice orçamental do Estado, não deixou de se verificar uma espécie de selecção das empresas, com intensificação capitalística das sobreviventes, como testemunham a importação e a relativa difusão de maquinaria moderna. Por outras palavras, as empresas manufactureiras que sobrevivem à «viradeira» do tempo de D. Maria I podem ser consideradas portadoras de um desenvolvimento em profundidade, em intensidade, contrariamente ao carácter, por assim dizer, extensivo das manufacturas e oficinas pombalinas. Tudo isto, naturalmente, diz respeito ainda a fracções da população activa que, sem poderem ser consideradas marginais, já que os rudimentares apuramentos censitários de inícios de 1800 não apontam, apesar de tudo, para mais de 80 % da população activa na agricultura, tão-pouco têm as dimensões, digamos, de uma «revolução industrial». Não impede que, só para dar um exemplo, em 1820, aproveitando o advento do regime constitucional, os industriais de lanifícios da Covilhã reivindiquem a proibição da exportação de lã nacional.

Antes, porém, da revolução liberal temos de tomar consciência, a nível teórico, do modo como a formação social portuguesa no seu conjunto, e a classe capitalista ascendente em particular, atravessaram o período das chamadas guerras napoleónicas. Já acima, a propósito da Restauração de 1640, demos uma indicação sobre o modo como Portugal se insere na cadeia de desenvolvimento do MPC do centro para a periferia. Veremos no nosso livro as peripécias da participação de Portugal naquelas guerras e aí discutiremos com o necessário pormenor as teses em presença: Borges de Macedo, Magalhães Godinho, Albert Silbert.

Antecipando, pois, sobre os resultados dessa discussão, é este o momento de avançar a hipótese segundo a qual a indiscutível prosperidade do Portugal de finais de 1700, que não é mais do que a prosperidade do grande comércio a distância e dos sectores em vias de caírem sob dominação capitalista, quando não eram criados *ex-nihilo* pelo MPC, como era o caso da nova produção manufactureira, essa prosperidade relativa vai ser profundamente abalada pela guerra e, o que é mais importante, as suas possibilidades de relançamento vão ser minadas por muitas décadas pelo desmembramento parcial do império colonial, desmembramento acompanhado pelo próprio sucumbir de boa parte do sector manufactureiro perante a concorrência britânica.

Naturalmente que isto tem que ver com o fraco crescimento do mercado nacional, o que aponta para um modelo de implantação do MPC quase inteiramente comandado por uma burguesia mercantil e uma classe de rendeiros capitalistas tanto mais inclinados a pactuar com a aristocracia tradicional quanto o amparo do aparelho de Estado é indispensável à boa marcha dos seus negócios. Daí a moderação dos ataques contra o regime senhorial da terra e a própria moderação da expropriação do campesinato: não é por acaso, como já referimos, que o movimento de ocupação de baldios tenha tido o seu máximo vigor no Sul; Silbert evoca mesmo o modo como os grandes criadores de gado lanígero para exportação contribuíram para a perpetuação dos campos abertos da Beira Baixa.

Mas não se trata só disso. As relações de força à escala internacional, isto é, a natureza imperialística, ou, por outras palavras ainda, a dominação da periferia pelo centro, próprias do MPC, vão jogar decisivamente contra Portugal, através do novo, e inferior, lugar afectado à sua classe capitalista na divisão internacional do trabalho e dos mercados saída do Congresso de Viena. Socorramo-nos de uma citação de Marx, extraída justamente da parte final da 8.ª secção do Livro I, consagrada à acumulação primitiva: «Nos nossos dias, a supremacia industrial indica a supremacia comercial, mas na época manufactureira propriamente dita é a supremacia comercial que dá a supremacia industrial. Daí o papel preponderante desempenhado então pelo regime colonial. É o 'deus estrangeiro' que se coloca no altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa; um belo dia dá uma cotovelada aos camaradas e, trás!, os ídolos caem todos ao chão!» Dada, pois, a importância da posse ou da perda dos domínios coloniais nesta fase da implantação do MPC, compreende-se sem dificuldade o afã posto pelas classes possidentes portuguesas, a exemplo das espanholas (cf. Marx, *La Revolución en España,* Barcelona, 1961), em conservar as colónias da América Latina assim como se pode medir o impacte dessa perda nos desenvolvimentos futuros da história nacional.

Assim, dada a vivacidade dos interesses mercantis e capitalistas propriamente ditos em Portugal, manifesta durante todo o período posterior aos tratados que franqueiam sucessivamente o Brasil (1808) e o próprio território metropolitano (1810) ao livre comércio britânico, vivacidade atestada ainda pela incapacidade, por parte da contra-revolução absolutista, em se dotar de qualquer base económica viável, com algumas das grandes fortunas do país a financiarem abertamente a segunda ofensiva liberal logo que as condições internacionais o permitiram (a partir de 1830); e, dadas as sérias limitações de expansão externa, o problema que se vai pôr às fracções da classe possidente portadoras do MPC em Portugal é o desalojamento da aristocracia fundiária tradicional, passagem necessária não só para a apropriação, por parte do capital mercantil, da renda fundiária e sua transformação progressiva em «renda capitalista», como para o próprio incremento da expropriação do campesinato, condição, simultaneamente, da formação de uma força de trabalho disponível para o trabalho assalariado e do mercado interno.

Este, fundamentalmente, o motivo por que as décadas de 1820-40 tenham revestido, em Portugal, o carácter de uma longa, embora mitigada, guerra civil entre as duas grandes fracções da classe possidente: a aristocracia fundiária senhorial, com os seus prolongamentos na corte, sede do aparelho de Estado, e a burguesia capitalista. E logo que esta última se alcandorou ao poder, com a assinatura da paz de Évora Monte (1834), foi

para rebentarem no seu seio as contradições entre dois blocos burgueses que, em nossa opinião, continuariam a opor-se, umas vezes pacificamente, outras não, na luta pelo poder até tão recentemente como o 25 de Abril: a burguesia que continuaremos a chamar mercantil, ligada ao grande comércio de *import-export* e, por aí, à Inglaterra, por um lado, e às colónias, por outro, e a burguesia produtiva, industrial e agrícola, procurando fugir à subordinação dos seus interesses à esfera da circulação e recorrendo, para isso, designadamente, à protecção alfandegária. Para darmos à terminologia tradicional um sentido mais preciso do que o que habitualmente tem, seria a esta segunda fracção que caberia, e só a ela, a designação de *burguesia nacional*.

Que as contradições no seio da classe dirigente não são de carácter antagonista, exemplifica-o bem o caso português. Com efeito, sem sequer terem excluído o enfrentamento armado, ambas as fracções tendem, simultaneamente, para o compromisso mútuo e para a busca de alianças com as outras classes: não só com os restos da aristocracia senhorial, restos vivazes em toda a zona de pequena exploração agrícola, onde a renda como relação de produção continua largamente a dominar, mas também com os produtores directos do sector manufactureiro, artífices e até operários. Massa de manobra sem expressão política organizada, hegemonizada por uns e por outros, mas fundamentalmente fiel ainda ao passado, na medida até em que o futuro nada lhes oferecia senão a proletarização e/ou a emigração, o campesinato pobre e os camponeses sem terra não deixaram, naturalmente, de pesar decisivamente na balança destas alianças feitas, desfeitas e refeitas que são a trama dos quinze anos de «liberalismo mercantil», como lhe chamou Oliveira Martins, que vão até meados do século XIX.

Fica para descrição ulterior, tão apoiada quanto possível na bibliografia de má qualidade disponível, uma periodização mais apertada, mais curta, da época. Para já, indispensável é notar a viragem do meio do século, viragem que mais uma vez coincide, como já coincidira a de 1830, com as grandes viragens internacionais, isto é, determinadas pelo centro britânico do MPC propriamente dito, cujo advento, a acreditar no Marx da célebre carta a Annenkov, se situaria no rescaldo da primeira crise mundial, em 1825-26, rescaldo que vai tocar, em ondas concêntricas, a Bélgica, a França, os próprios Estados Unidos e, como vimos acima, Portugal.

Se a segunda metade do século XVIII é a do declínio do Antigo Regime — fórmula académica para designar esse espaço «vazio» entre o feudalismo e o capitalismo propriamente ditos e que se confunde, na periodização marxista, com a acumulação primitiva e a transição para o MPC —, as décadas de 1820 a 1840 são, entre nós, as do seu estertor. Mas uma coisa é morrer, uma coisa é permitir que o próprio Oliveira Martins designasse a Regeneração fontista como «o nome português do capitalismo», e outra coisa é definir as modalidades concretas da morte de um e do nascimento do outro. Daí a importância da sumária análise, a que procedemos acima, das classes em presença e das suas alianças.

O modelo da «revolução burguesa» nacional é, como se sabe, mais francês, apesar de tudo, do que inglês. E também a França conhecera, no âmbito da sua revolução, uma contra-revolução camponesa. Era a pensar nela que Silbert, referindo-se ao Portugal de princípios de 1800, citava Godechot quando este alude à necessidade de uma forte penetração bur-

guesa nos campos para suscitar uma revolta popular camponesa (cf. *Le Problème agraire portugais au Temps des Cortes liberales*, Paris, ed. Gulbenkian-P. U. F., 1968). Em 1820, as massas camponesas mantêm-se indiferentes ao movimento político, pois as colheitas abundantes que punham à agricultura e ao comércio problemas de escoamento foram, para elas, sinal de ano farto.

A grande revolta popular camponesa, que um seu apologista é o primeiro a comparar com a Vendeia, tem entre nós lugar na Primavera de 1846: a Maria da Fonte. Desta vez, a crise é dos camponeses pobres, exasperados com os múltiplos ataques desencadeados contra eles por cerca de quinze anos de legislação liberal: legislação sobre os foros virada, desde 1837, contra os pequenos foreiros pela justiça local, inteiramente nas mãos dos senhores da terra; exacções de toda a ordem, até à expropriação legal por via judicial; finalmente, com a aceleração do processo de monetarização forçada da economia camponesa empreendida pela administração Costa Cabral, impostos de toda a ordem.

Revolta, simultaneamente, contra a pequena aristocracia local e contra a penetração dos capitalismo nos campos, não é por acaso que os primeiros revoltosos dos concelhos de Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, por aí fora, queimam ao mesmo tempo as «bilhetas» do cadastro empreendido pela Administração Cabral e os velhos títulos de propriedade dos senhores da terra. Não menos significativa das complexas alianças políticas que imediatamente se estabelecem é a indiferença das esquerdas perante os avisos de Costa Cabral, chamando a atenção para o perigo miguelista; a efémera coligação das esquerdas com os mesmos miguelistas para a abolição da legislação fiscal e para salvar os velhos títulos de propriedade com vista à queda do mesmo Costa Cabral, que, precisamente nessa altura, se propunha dar nova machadada no regime vincular; e, finalmente, uma vez deposto o aprendiz de ditador, as acusações de miguelismo proferidas contra os restos da revolta pelos mais insignes representantes da esquerda beneficiária, Passos Manuel à cabeça; um mês depois, em Junho, a nova lei de forais restaura os titulares de foros e doações em quase todos os seus direitos, isto depois de terem sido abolidos os impostos mais execrados (dos quais a «lei de saúde» não era senão um deles). A Maria da Fonte: uma das maiores vitórias da comunidade rural, do senhor da terra até ao camponês pobre, contra o Estado central!

Não tem aqui cabimento prosseguir na análise minuciosa da conjuntura e dos seus sucessivos desenvolvimentos; que baste assinalar o seguinte: com a queda da Administração Cabral desmoronam-se igualmente a banca e os primeiros grandes trabalhos de obras públicas. Desvenda-se assim a identificação da finança com o aparelho de Estado: esta «aristocracia financeira», a agiotagem, como então se dizia, vinha com efeito, desde 1838, submetendo o Estado a uma permanente chantagem, para utilizar a expressão de Marx nas *Lutas de Classe em França*. É para tentar reequilibrar a distribuição do poder ao nível do Estado que a esquerda empreende a pequena guerra civil da Patuleia, que vai durar até ao fim da Primavera do ano seguinte, sem grande êxito porém: Oliveira Martins deu-se bem conta de que os chefes da Patuleia — velhos *chevaux de retour* do setembrismo: os irmãos Passos, Sá da Bandeira, etc. — preferiram a derrota a uma guerra a sério.

Fortemente marcada pelo espectro da Maria da Fonte — basta dizer que datam de 1848-49 as primeiras apologias nacionais da pequena pro-

priedade —, a saída para a crise vai acabar por ser determinada, muito em breve, pela nova conjuntura mundial, em alta após a depressão revolucionária de 1848. Ao invés, exactamente, do processo francês — onde os operários se revoltam primeiro em Paris e os camponeses parcelares reagem depois, levando Luís Bonaparte à presidência da República, preparando assim a cama do II Império —, o processo português arranca com a revolta dos camponeses e termina com a reacção do mundo urbano, onde a mediocridade da industrialização não exclui já «movimentação operária», como a crónica só não o documenta mais porque o historiador português tem andado mais entretido com a «história das ideias» do que com a das coisas. Senão, esse historiador descobriria, sem excessiva dificuldade, na raiz da Regeneração de 1851 e dos anos a seguir, não só o papel activo de inúmeros porta-vozes do mundo industrial, como os mais distintos «amigos dos operários» da época. Mais: descobriria os ecos das primeiríssimas greves e os perigos de certa agitação dos meios operários urbanos explicitamente na origem do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, fundado em 1853 sob a inspiração, e provavelmente a expensas, do mentor da Regeneração, Rodrigo da Fonseca Magalhães, o «Raposa».

Prosseguindo a comparação com a França, se a combinatória é a mesma, o peso e a própria anterioridade de uma e de outra das componentes vão forçosamente determinar modelos e ritmos de crescimento diversos. Só para dar um exemplo: enquanto a França resolvera o problema da «liberdade da terra» em 1789, os últimos vínculos portugueses sobreviveriam até 1863 e os baldios, compáscuos, campos abertos, etc., só pelo Código Civil de 1867 seriam colocados em regime legal de plena propriedade (e só no Alentejo se pode considerar terem sido praticamente destruídos por volta de 1875, já no âmbito de nova etapa do desenvolvimento do MPC em Portugal). Dito isto, tem razão Oliveira Martins quando diz ser a Regeneração o «nome português do capitalismo».

Com a viragem do século, tem o seu desfecho a batalha entre os dois modos de produção. A dominação do MPC não implica, porém, o desaparecimento imediato e total das relações de produção pré-capitalistas, nem seria de grande utilidade dizer que é a sua resistência que trava o desenvolvimento das forças produtivas. O que importa, sim, é caracterizar *o modo como* se articulam relações de produção que relevam de modos de produção diferentes e como o MPC submete a si, e em que medida, os sectores pré-capitalistas.

Num livro recente — *A Economia Portuguesa do Século XX* (Edições 70, Lisboa, 1973) —, o Prof. Armando Castro, depois de, não se sabe por que motivo, afirmar com certo orgulho que «não se encontrará aqui um quadro descritivo quantificado dos aspectos imediatos da nossa economia» (como se nós tivéssemos demasiados trabalhos dessa natureza para os podermos displicentemente desprezar!), diz «ambicionar [...] esquissar os caminhos e formular indicações acerca da teoria estrutural e dinâmica da nossa formação socieconómica» (pp. 22-24), mas acaba por definir o seu trabalho dizendo: «Frise-se de novo que a evolução referida se operou dentro do nosso 'subdesenvolvimento' relativo.» (P. 58.) Dada a imprecisão na noção de «subdesenvolvimento», a ponto de o próprio autor se não poder dispensar de a colocar entre aspas, seguida, ainda por cima, do dubitativo «relativo», temos de reconhecer que as ambições do autor saíram o seu tanto frustradas...

As razões deste pouco êxito, que só evocamos por Armando Castro ter sido o único a pretender empreender uma interpretação da história contemporânea portuguesa — os outros historiadores têm-se ficado por descrições mais ou menos aprofundadas, quando não reduziram as complexidades da história do desenvolvimento do MPC em Portugal a duas ou três noções simples: dominação inglesa, latifúndios, etc. —, as razões do pouco êxito do empreendimento do Prof. Armando Castro, dizíamos, têm que ver, em nossa opinião, com o facto de o autor esvaziar o carácter positivo, activo, modelador, das lutas de classes e de fracções de classe (como todos os historiadores de tradição liberal, Castro reduz as classes laboriosas a uma massa mais ou menos amorfa, geralmente designada por «povo», sobre cuja pouca sorte é ritual verter uma lágrima compungida; e mais nada).

Outro motivo é a confusão, já explicitamente criticada por Lenine no *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, entre o desenvolvimento espectacular das forças produtivas no centro do MPC e o desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Só ver o capitalismo na fábrica gigantesca e apetrechada com todas as conquistas da técnica moderna corresponde não só a perder a possibilidade de detectar os modos como o capital se vai apropriando do trabalho excedente, mas sobretudo a perder a possibilidade de ver como o capital submete a si o trabalho produtivo, qualquer que seja a escala e a esfera da produção, como ele se articula, dominando-as, com as relações de produção anteriores.

Na sequência do que vem sendo dito, pensamos, pois, ser de manter a periodização avançada, segundo a qual, com a viragem de meados do século XIX, a formação social portuguesa abandona a etapa da acumulação primitiva, para dar entrada na «primeira fase histórica do desenvolvimento económico da produção capitalista» (cf. Marx, *Um Capítulo Inédito de «O Capital»*, secção G). Obviamente, a noção de «primeira fase», como a própria noção de acumulação primitiva, remetem para a teoria: isto é, a anterioridade é teórica, não cronológica, historicista. A generalização da «primeira fase» — a submissão *formal* do trabalho ao capital — não exclui o prolongamento da acumulação primitiva, como não exclui, antes supõe, a preexistência de pólos produtivos onde domina já a submissão *real* do trabalho ao capital e que, precisamente por isso, funcionam como centros de comando do processo de desenvolvimento do MPC.

O uso e abuso da dívida pública sob o fontismo caem inequivocamente sob a alçada das observações de Marx: «O sistema do crédito público, isto é, das dívidas públicas, de que Veneza e Génova tinham colocado, na Idade Média, os primeiros degraus, invadiu definitivamente a Europa durante a época manufactureira. Com o regime colonial, o seu comércio marítimo e as suas guerras comerciais a servirem-lhe de estufa, o sistema do crédito público instalou-se inicialmente na Holanda. A dívida pública, isto é, a alienação do estado, seja ele despótico, constitucional ou republicano, marca com o seu ferrete a era capitalista [...] Não é pois de espantar a doutrina moderna segundo a qual quanto mais um povo se endivida mais enriquece. O crédito público é o credo do capital [...] A dívida pública opera como um dos agentes mais poderosos da acumulação primitiva. Com um toque de varinha mágica, ela dá ao dinheiro improdutivo a virtude reprodutora, convertendo-o assim em capital, sem por isso ter tido de sofrer os riscos, as perturbações, inseparáveis do seu emprego industrial e mesmo da usura privada [...] À parte a classe de

rentiers ociosos assim criada, à parte a fortuna improvisada dos financeiros intermediários entre o governo e a nação, bem como os tratantes, marchantes, manufactureiros particulares, para quem uma boa parte de qualquer empréstimo presta o favor de um capital caído do céu [...] A dívida pública deu o impulso inicial às sociedades por acções, ao comércio de toda a espécie de papéis negociáveis, às operações aleatórias, à agiotagem, em suma, aos jogos da bolsa e à bancocracia moderna.»

Um pouco mais adiante, Marx recorda: «Com as dívidas públicas nasce um sistema de crédito internacional que esconde muitas vezes uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo [...] Muito capital que surge hoje nos Estados Unidos sem certidão de nascimento não é mais do que o sangue das crianças operárias capitalizado ontem em Inglaterra.» E prossegue imediatamente: «Como a dívida pública assenta no rendimento público, que tem de pagar os custos anuais, o sistema moderno dos impostos era o corolário obrigatório dos empréstimos nacionais. Os empréstimos [...] arrastam, por seu turno, um aumento dos impostos [...] A fiscalidade moderna, de que os impostos sobre os bens de primeira necessidade — e daí o seu encarecimento — formam o eixo de base, contém um germe de progressão automática. O aumento dos encargos não é um acidente, mas a regra [...] Mas a influência deletéria que isso exerce sobre a situação da classe operária deve ocupar-nos menos, aqui, do que a expropriação forçada que isso implica para o camponês, para o artesão e outros elementos da pequena classe média [...] A sua acção expropriadora é ainda reforçada pelo sistema proteccionista, que constitui uma das suas partes integrantes [...] O sistema proteccionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar os trabalhadores independentes, de converter em capital os instrumentos e condições materiais do trabalho, de abreviar à viva força a transição do modo de produção tradicional para o modo moderno.» (Livro I, secção 8.ª, cap. XXXI.)

Se alguma coisa tivéssemos de acrescentar a esta longa, mas útil citação, seria que, em Portugal, os aspectos mais brutais do processo descrito se aplicam com maior propriedade ao breve, mas decisivo período cabralista, etapa final da acumulação primitiva. Com o advento da Regeneração, no âmbito da alta prolongada que vai, com os percalços importantes de 1854-56, até quase ao fim da década de 1860, a classe dirigente vai poder obter uma pacificação, se não uma unanimidade, inédita desde 1817-20, unanimidade que tem a sua base material no acesso de camadas tão largas quanto possível à relativa prosperidade do período. Com vista ao mesmo alargamento da base social do regime, mas só depois de uma operação de saneamento financeiro que atingiu vigorosamente as poupanças da classe média (de que Alexandre Herculano se fez então porta-voz encarniçado, depois de ter apoiado activamente o golpe que levara o fontismo ao poder), a Regeneração reduziu ao mínimo a pressão fiscal, abrindo, em contrapartida, escancaradamente, as portas ao investimento estrangeiro (inglês, belga, francês e até espanhol), numa «equitativa» repartição da dívida pública em 50 % interna e 50 % externa, reforçando assim, simultaneamente, a participação de Portugal na cadeia internacional do MPC e o seu lugar dependente nessa mesma cadeia.

Uma das formas do temperamento da pressão fiscal, ao longo de toda a Regeneração, até finais da década de 1880, foi o abandono parcial do proteccionismo. Desde antes da revolução liberal de 1820 que Acúrsio das Neves pusera a questão dos grãos, isto é, do ponto de vista da popula-

ção consumidora, a questão do pão, em confronto com os custos de reprodução da força de trabalho assalariada, ou seja, do salário, ou seja ainda, do lucro industrial. Só com a crise das subsistências de 1854-56, e os motins que então ocorrem um pouco por toda a parte, teve a classe dirigente nacional possibilidade, e coragem, para avançar no caminho aberto pela Anti-Corn Law League. Do ponto de vista do modelo económico, pode-se dizer que o período regenerador, mais exactamente de 1854 a 1889, constitui o período áureo, para não dizer único, do capitalismo liberal em Portugal: a subordinação da renda fundiária ao lucro industrial, ao nível global, é um facto marcante durante esta época. O restabelecimento do proteccionismo cerealífero, na esteira da crise da agricultura comercial desencadeada em 1887, assinala o termo desta longa fase, entrecortada, como veremos de seguida, por um salto significativo na estrutura industrial.

Com efeito, quer na agricultura, quer na indústria, a característica essencial dos primeiros quinze anos da Regeneração é a generalização da pequena produção mercantil, comandada naturalmente pelos centros nacionais e estrangeiros do poder económico na posse dos mecanismos de controlo do mercado. No seu devido lugar se documentará a submissão progressiva do campesinato à produção mercantil, com a alta da emigração a testemunhar, no final do período, a sua lenta mas inexorável expropriação. No que respeita à indústria, basta dizer que, enquanto em 1852 se recenseavam cerca de 1000 cavalos-vapor à sua disposição, no Inquérito de 1881 se apuravam cerca de 10 000. Com base em 1835, temos até 1850 um ritmo de crescimento anual da ordem dos 4 %-5 % e, nas três décadas seguintes, um ritmo da ordem dos 10 % anuais: eis a quantificação de uma profunda transformação qualitativa. Contrariamente à opinião do Prof. Armando Castro, quer-nos parecer que uma das coisas que mais nos fariam avançar na correcta periodização do desenvolvimento do MPC em Portugal seria justamente a quantificação tão pormenorizada quanto possível das transformações económicas e sociais, nomeadamente produções e população activa.

A generalização da produção de mercadorias, no âmbito da grande empresa ou no da pequena oficina, pode ser seguida através da formação social portuguesa, do seu centro lisboeta até à sua periferia «minifundiária» (Noroeste) ou até «comunitária» (Nordeste), graças a uma quantidade felizmente inesgotável de inquéritos, recenseamentos e monografias. Não é este o lugar para empreender tal tarefa, mas pode-se desde já adiantar não haver solução de continuidade, na esfera agrária, entre as empresas capitalistas propriamente ditas constituídas em profusão, desde finais da década de 1850, nos distritos de Lisboa, Santarém e Évora e os pequenos produtores de gado para exportação do distrito de Aveiro, passando pelo latifúndio alentejano, que está, de certo modo, para a empresa agrícola capitalista como a manufactura está para a maquinofactura. Na esfera manufactureira, tão-pouco há solução de continuidade, no tecido industrial da época, entre as escassas dezenas de empresas que em 1881 ultrapassam os 100 operários, algumas delas atingindo porém 500 e mais, e as oficinas de 2 ou 3 pessoas que produziam, não valores de uso, mas valores de troca, muitas vezes com destino ao mercado de exportação, como era o caso de ínfimos fabricantes de louça do distrito de Coimbra, por volta de 1858.

Só ver as relações de produção capitalistas nas raras grandes empresas da época é perder de vista que, na sua «primeira fase histórica», o desen-

volvimento da produção capitalista «não afecta imediatamente o conteúdo e os métodos técnicos reais do processo de trabalho e de produção. Pelo contrário, é normal o capital submeter a si o processo de trabalho tal como ele existe, isto é, na base dos *processos de trabalho* desenvolvidos pelos diferentes modos de produção arcaicos» (Marx, *Um Capítulo Inédito de «O Capital»*, secçãoG). Importa, sim, prossegue Marx, o facto de «o capital submeter [...] a si um processo de trabalho *preexistente e determinado:* por exemplo, o trabalho artesanal ou a pequena agricultura autónoma. As únicas transformações que se podem registar no processo de trabalho tradicional, submetido ao comando do capital, são as *consequências progressivas da submissão,* doravante realizadas pelo capital, dos processos dados e tradicionais do trabalho». Como Marx explicita logo a seguir trata-se de uma fase — para reter a sua própria designação — em que a acumulação capitalista se faz, essencialmente, pela apropriação da mais-valia absoluta, sem, por assim dizer, tocar nas condições técnicas do trabalho. Seria do maior interesse medir, quantificar, até que ponto se verifica, nesta época da história portuguesa, a tese de Marx segundo a qual, nesta fase, «o capitalista [...] prolonga tanto quanto possível a duração do processo de trabalho, aumentando proporcionalmente a mais-valia produzida. A *continuidade* do trabalho aumenta quando os produtores que dependiam dos clientes privados deixam de vender eles próprios os seus produtos e encontram no capitalista um tesoureiro duradouro».

Nas zonas mais periféricas, mau grado a resistência tenaz do campesinato parcelar, o estado de adiantamento da transição é avançadíssimo. Várias são as estatísticas relativas ao Noroeste atlântico (Aveiro, Viana do Castelo) que aludem, em finais da década de 1850, à multidão de camponesas tecendo em casa o fio avançado pelo comerciante de panos! Marx refere-se, na mesma secção G de *Um Capítulo Inédito de «O Capital»*, e depois de falar da usura, ao «capital *comercial*, que encomenda trabalho a um certo número de produtores imediatos e depois reúne os seus produtos para revenda, avançando por vezes a matéria-prima ou o dinheiro, etc. Foi a partir desta forma que se desenvolveu um elemento importante da relação capitalística moderna. Aqui e além, ele assegura ainda hoje [Junho de 1863-Dezembro de 1866] a transição para a relação capitalística propriamente dita. Também não se trata ainda de submissão *formal* do trabalho ao capital. Com efeito, o produtor imediato continua simultaneamente, a vender a sua mercadoria e a utilizar o seu próprio trabalho. Contudo, a transição atingiu aqui já um estádio mais avançado do que na relação do capital usurário».

Aliás, a não ser assim, a não ter a relação capitalista moderna amadurecido suficientemente no solo da formação social portuguesa, como explicar o papel que as massas laboriosas, e nomeadamente o operariado lisboeta, vieram a desempenhar no desfecho da grande crise de finais da década de 1860, com o seu cortejo de motins, greves e golpes de Estado, a desembocar numa redistribuição geral das cartas políticas?

Inserida até à medula dos ossos na cadeia mundial do MPC, a formação social portuguesa não poderia ter escapado à convulsão que, em finais da década de 1860, atravessou todo o mundo capitalista, até ao recém-chegado Japão (Restauração Meiji de 1868). «Le mort saisit le vif!» O velho agarra o novo, escreve Marx em Julho de 1867, ao apresentar a primeira edição do Livro I aos leitores alemães: «Nós somos, como todo o Ocidente da Europa continental, afligidos ao mesmo tempo pelo desenvolvimento da

produção capitalista e pela sua falta de desenvolvimento. Além dos males da época actual, temos de suportar uma longa série de males hereditários provenientes da vegetação contínua de modos de produção que tiveram o seu tempo, com a cadeia de relações políticas e sociais que eles engendram *contra a corrente*. Temos de sofrer não só por causa dos vivos, mas também por causa dos mortos. *Le mort saisit le vif!*» E logo nas linhas a seguir vai caracterizar o período que se anuncia: «Não tenhamos ilusões. Assim como a Guerra de Independência Americana, no século XVIII, tocou o sinal de alarme para a classe média europeia, assim a Guerra Civil Americana, do século XIX, tocou a rebate para a classe operária europeia. Em Inglaterra, a marcha da transformação social está à vista. Chegará o momento em que essa transformação provocará necessariamente uma reacção no continente. Revestir-se-á então de formas mais ou menos brutais ou humanas, conforme o grau de desenvolvimento da classe dos trabalhadores.»

Um mesmo fio, por vezes tingido de vermelho, une pois todos os episódios da luta de classes que então se desencadeou, à escala europeia, no rescaldo da crise de 1865-66, ela própria, como Marx previra, no rescaldo da Guerra Civil Americana e das profundas transformações operadas no ciclo algodoeiro pela abolição da escravatura no Deep South. Das benignas escaramuças da região portuguesa até à Comuna de Paris, passando pela sangrenta revolta comunalista espanhola e pela reformística criação do Trade Unions Congress, e até aos episódios finais das unificações alemã e italiana, é toda uma redistribuição das cartas políticas que tem então lugar no âmbito de uma ultrapassagem da crise com sinal contrário, ao nível da sede central do MPC, à crise revolucionária de 1848.

Com efeito, em 1848, a formidável pressão operária do movimento cartista, em Inglaterra, e da revolução de Junho em França desembocara, de uma maneira ou de outra, no reconhecimento, pela parte capitalista, da sua parte integrante adversa, reconhecimento reivindicativo em Inglaterra através do direito de voto e em França através da palavra de ordem do «direito ao trabalho», e numa aceleração da intensificação capitalista através da passagem da extracção de mais-valia absoluta à extracção de mais-valia relativa, do prolongamento da jornada de trabalho ao prolongamento do trabalho excedente numa idêntica ou até reduzida jornada de trabalho, com o correlativo desenvolvimento espectacular das forças produtivas. A vintena de anos que vai de 1848 a 1868 é um período de alta dos preços: são os capitalistas e o estado que, investindo, recuperando a seu favor o «direito ao trabalho», constroem a alta mais ou menos contínua do vinténio. Até que o modelo atinge o seu ponto de saturação: infelizmente, o trabalho precioso de Phelps-Brown e Margaret Browne só começa a ocupar-se dos salários nos principais países capitalistas a partir de 1860; mesmo assim, ressalta logo da figura 1-B que, até mais de meados da década de 1860, à excepção dos Estados Unidos, o salário real estava a subir naqueles países (cf. *A Century of Pay: the Course of Pay and Production in France, Germany, Sweden, the United Kingdom and the United States, 1860-1960*, Londres, Macmillan, 1968).

Em contrapartida, após 1868-73 — datas que encerram o auge da crise económica e da guerra social, lá fora como em Portugal —, a Inglaterra e, na sua esteira, todos os grandes países capitalistas, embora estes saíssem mais depressa da depressão, entraram num período de longa estagnação — *the Great Depression* — induzido pela redução sensível do investimento nas

metrópoles. Os capitais disponíveis estendem-se tentacularmente à periferia e aos próprios territórios virgens — virgens de gente, como a Austrália, ou virgens de dinheiro, como a África Negra — em busca de taxas de lucro tornadas impossíveis pela incapacidade de recuperar em termos de produtividade as altas salariais devidas, simultaneamente, à rarefacção do «exército de reserva» e à própria organização subjectiva dos trabalhadores.

Evocar a relativa rarefacção do «exército de reserva» tem particular sentido no que nos diz respeito. Com efeito, Marx lembra na secção sobre a acumulação primitiva que os camponeses expropriados não descobriram sozinhos o caminho das manufacturas: em Inglaterra foram precisos séculos de «legislação sanguinária» para lhes ensinar esse caminho. Na segunda metade do século XIX, o camponês parcelar arruinado do Minho, do Douro e das Beiras também não se precipitou para as portas das fábricas: emigrou. A pressão sobre os salários tornou-se assim tanto menor quanto as obras públicas iam igualmente absorvendo parte do semiproletariado: ir britar pedra para as estradas do Sr. Fontes tinha-se tornado actividade substitutiva das próprias ceifas alentejanas. E tanto assim é que, por esta altura, os representantes da classe lavradora no Parlamento obtêm do Estado a realização de um «inquérito à emigração», que vem a ser publicado em 1873 e onde se repete, ao longo de várias centenas de páginas, o efeito da alta dos salários provocado, através da emigração, pela ruína do campesinato pobre.

O parágrafo anterior pretendia desdobrar, no plano dos comportamentos objectivos do mercado do trabalho, as pressões salariais subjectivas da classe dos assalariados. A acreditar nos únicos dados sobre salários compilados para a época, tudo leva a crer, com efeito, numa alta relativamente sensível até 1867-68, data em que, após a tentativa de unificação das classes possidentes num único partido — a «fusão» dos Partidos Regenerador e Histórico, em 1865 —, o governo da burguesia pretensamente unificada cai perante a pressão da «rua» em Janeiro de 1868. A crise atinge o auge em 1869-70, com redução substancial das actividades manufactureiras e da construção civil, como se depreende da quebra das importações de matérias-primas (algodão em rama) e de produtos intermédios (cimento, ferro). Em 1871, mal se começa a sair da crise, a classe dos operários fabris faz a sua entrada na cena histórica portuguesa de maneira autónoma. Ao lutar abertamente pelo salário e contra a longa jornada de trabalho, ela separa-se — nós diríamos mesmo definitivamente — da burguesia de esquerda dos pequenos e médios industriais. São as greves de 1871-72 que estão na base das especulações socializantes da Fraternidade Operária e do Partido Socialista, e não o contrário.

E tanto assim é que, mal a vaga grevista passou, sossobrando perante as profundas alterações do tecido produtivo industrial, logo os socialismos da época desapareceram virtualmente da cena: no plano literário, a geração de 1870 — Eça, Ramalho, Antero, Oliveira Martins, etc. — não deixa de reflectir este refluxo do radicalismo: sobreviveu, se assim se pode dizer, Teófilo, entrincheirado na miopia do positivismo republicano. O movimento operário propriamente dito — ou seja, aquele em que as ideias medeiam entre a prática e a organização, e não entre a imaginação e os livros — precisaria de atravessar a prova do «salto industrializante» das décadas de 1870 e 1880 para irromper de novo, bastante reformisticamente, como era então dominante, na crise do princípio da década de 1890, arrancando

essa conquista frequentemente negligenciada, mas que constitui uma baliza na sua história: o direito de associação.

Mas não antecipemos. Do ponto de vista do MPC, com o operariado fabril a desempenhar o papel que acabámos de evocar na charneira entre as duas fases, o segundo período da Regeneração deve ser caracterizado por um quádrupulo movimento, que inclui no seu seio todas as contradições de um desenvolvimento das relações de produção capitalistas em que os mortos continuam a correr atrás dos vivos. Esse quádrupulo movimento decompor-se-ia do seguinte modo: na indústria, todos os indicadores e elementos descritivos reunidos permitem concluir no sentido de um «salto» tanto mais significativo quanto ele corresponde à introdução em Portugal, através da têxtil algodoeira, da grande indústria: investimentos, aumento por vezes espectacular das importações de máquinas e matérias-primas, incremento da própria produção nacional de maquinaria simples (designadamente máquinas de vapor), mecanização acelerada do trabalho, pelo menos na têxtil (em cinco anos, entre 1875 e 1880, segundo os números recolhidos por Armando Castro, o equipamento mecânico da têxtil algodoeira — fusos e teares — aumentou para mais do dobro), tudo isto concorre, simultaneamente, para uma apreciável intensificação da composição orgânica do capital (segundo o Inquérito Industrial de 1881, numa amostra de cerca de setenta empresas, enquanto as fábricas e oficinas fundadas antes de 1873, data-viragem, apresentavam uma relação de 0,3 cavalos-vapor por operário, as empresas fundadas depois daquela data apresentavam uma intensidade de 1 para 1) e, mais amplamente, para uma profunda alteração da composição de classe do operariado, com uma significativa marginalização da velha figura do *craftsman* e com a introdução maciça de força de trabalho indiferenciada, sobretudo mulheres e crianças recrutadas na área do campesinato parcelar em decomposição.

Este surto industrial obedece, fundamentalmente, ao modelo da *import-substitution*, com base no alargamento das receitas do sector exportador primário: com efeito, para além de algumas minas (pirites) que começam a laborar, sob controlo estrangeiro, com vista à exportação, é a toda uma orientação da agricultura para os mercados externos que assistimos durante o período: o vinho, a cortiça e o gado chegam a representar mais de 3/4 das exportações portuguesas da época. Foi preciso um estudo empreendido por um estrangeiro para chamar a atenção para os ganhos importantes, para a economia portuguesa, advindos do melhoramento dos *terms of trade* das suas exportações (cf. Sandro Sideri, *Trade and Power: Informal Colonialism in Anglo-Portuguese Relations*, Roterdão, 1970). Aprofundando a pista aberta por Sideri, que não diz respeito senão às relações Portugal-Inglaterra, ressalta com clareza que não só a quantidade de maquinaria industrial, mas sobretudo a quantidade de algodão-em-rama — cujo preço cai de quase 300$ a tonelada no início da década de 1870 para 200$ no fim da década de 1880 — adquirida pelas importações portuguesas, aumentam significativamente.

Esta segunda articulação do desenvolvimento do MPC em Portugal corresponde, no plano das relações de produção, a uma dupla penetração do capitalismo nos campos, sob a forma do capitalismo agrário propriamente dito (designadamente nas grandes explorações vinhateiras, com uma composição orgânica que chega a atingir, segundo o inquérito de Paulo de Morais de 1887, o quádruplo da exploração agrícola tradicional da área estremenha e ribatejana) e sob a forma da submissão formal do

trabalho do camponês parcelar através do mercado, não só nas pequenas explorações que se lançam também na produção vinhateira, mas também, como, por exemplo, no distrito de Aveiro, através do abandono parcial da policultura de subsistência em favor da engorda de gado para exportação.

Já o incremento da produção e exportação de cortiça, que só mais tarde começará a ser em parte manufacturada em Portugal, corresponde a uma paragem, se não um recuo, do avanço do capitalismo agrário propriamente dito na zona do latifúndio, com o abandono das culturas mais intensamente consumidoras de força de trabalho assalariada. A cultura do trigo chegara a dar lugar a um surto significativo da mecanização (debulhadoras a vapor difundidas no Alentejo sob o patrocínio do Estado, por volta de 1860), mas a abolição do proteccionismo cerealífero e a alta dos salários conduzem os latifundiários, mercê do inabalado monopólio que detêm sobre a terra, ao recurso a culturas mais extensivas, menos consumidoras de força de trabalho, e até à redução da superfície cultivada anual. Esta tendência só é contrabalançada pela necessidade em que se encontram as grandes explorações sudistas de arrendarem pequenas parcelas em seu redor com vista a fixar uma força de trabalho que, a partir de 1884-85, escasseia a pontos de os porta-vozes da classe berrarem em Lisboa, no seu comité central da Real Associação, contra as obras públicas e a indústria, em suma, contra aquilo que eles próprios chamam «o progresso», pedindo em altos gritos a restauração do proteccionismo: esta viragem é explicitamente indicada por um desses porta-vozes, o visconde de Coruche, grande lavrador e administrador da Companhia das Lezírias, nas obras que consagrou à questão dos cereais e à defesa da protecção aduaneira.

A terceira articulação do movimento que estamos a tentar caracterizar é a emigração maciça, que, a partir daqui, se não antes, não só serve de termómetro da decomposição do campesinato, como também oculta, as mais das vezes, uma expropriação que atinge taxas altíssimas nos momentos de crise aguda. Trabalhos recentes de comparação entre as curvas da emigração e as grosseiras indicações de contribuição predial rústica nos onze distritos mais afectados pela emigração permitiram, finalmente, fundamentar quantitativamente essa tese: em 1888 e 1889, no auge da crise aberta pela superprodução vinícola, são 35 000 pequenas explorações que desaparecem. É óbvio que este rombo sofrido pelo campesinato pobre perante a crise comercial só se entende na medida em que a economia camponesa já estava profundamente penetrada pelas relações mercantis: se vivesse ainda em regime de auto-subsistência, como certos autores parecem às vezes crer, não se compreenderia a sua aflição.

A emigração representa, porém, um triplo desvio ao «normal» desenvolvimento do MPC. Por um lado, representa uma fuga objectiva à proletarização *sur place* (se há proletarização, ela tem lugar fora do mercado *nacional* do trabalho, rarefazendo pois o «exército de reserva industrial»); por outro lado, não deixa também de constituir um alento renovado para a economia do campesinato pobre: toda a gente sabe que parte das remessas dos emigrantes servem para manter, e às vezes ressuscitar «artificialmente», a pequena exploração agrícola familiar, doutro modo inviável. Mas mais importante do que isso é talvez o papel dessas remessas — e não estamos agora a pensar nos pequenos envios dos emigrantes pobres, mas nas boas maquias que representam os lucros comerciais e até industriais transferidos do Brasil para Portugal — na balança de pagamentos. São elas que permitem, segundo um modelo modernamente repetido, a perpetuação,

sem riscos de maior, do desequilíbrio da balança comercial, nutrindo assim o espaço económico social e até político da burguesia de *import-export*, medianeira da dominação britânica, em detrimento da burguesia nacional propriamente dita.

A quarta e última das principais articulações do movimento de consolidação das relações de produção capitalistas em Portugal, da viragem de 1870 até à viragem de 1890, aponta igualmente para um modelo que não incita ao desenvolvimento das forças produtivas: trata-se do processo de integração das colónias africanas no espaço económico nacional. Em Oliveira Martins, de longe o maior entendedor do período que vimos analisando, desde o advento do liberalismo mercantil até à crise em que ele próprio interveio como protagonista no decurso da sua breve passagem pelo Governo (1892-93), é clara a percepção do Império Colonial como «válvula de segurança», como lugar de exportação das contradições no seio da classe possidente e da própria formação social. É assim que nos parece contestável a concepção do mais atento historiador da questão, mais uma vez um estrangeiro, R. J. Hammond, expendida no próprio subtítulo do seu *Portugal and Africa:* um imperialismo não económico *(an uneconomic imperialism)*, pois, para além das fortunas maiores ou menores feitas por nacionais em África, o Império Colonial, a expansão ultramarina e a exportação ultramarina das contradições suscitadas pelo desenvolvimento do MPC na formação nacional determinaram uma combinatória sociopolítica que definiu, por seu turno, um modelo económico caracterizado pelo empolamento das actividades mercantis em detrimento das produtivas, modelo esse que, como dizíamos, sem excluir o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, revoluciona fracamente as forças produtivas: *le mort saisit toujours le vif!*

Dito isto, o mercado nacional não deixa de se ir constituindo, como é testemunhado, pelo facto de as mercadorias transportadas por via férrea terem quintuplicado nos doze anos que vão de 1878 a 1890. Mais: o «salto industrial» da década de 1870 representa um dado qualitativo, irradicável: tanto assim que a grande indústria têxtil, depois de ter esgotado o modelo da *import-substitution*, apresenta pela primeira vez na Exposição Industrial de 1893 os «riscados de África», dos quais exportara nesse ano 300 contos, para atingir um volume de vendas de mais de 3000 contos no fim do século. A crise comercial de Angola em 1900 irá determinar, por seu turno, simultaneamente, a integração dos sectores da fiação e da tecelagem, segundo o modelo do *cartel*, e a primeira «greve geral» portuguesa, a dos tecelões do Porto, em 1903, greve de que, no estado actual da investigação, nos parece legítimo datar o advento do movimento operário *moderno* em Portugal. Mas isto são contos para mais tarde.

Convém, para terminar, recuperar algumas indicações dos parágrafos anteriores para caracterizar a crise que a sociedade portuguesa vai atravessar, agudamente, de 1890 a 1892 e, assim, definir melhor o período que acaba de transcorrer e que é, em nossa opinião, o da definitiva implantação do MPC em Portugal. A nosso favor, só queremos a abonação de um estudioso tão moderado como Orlando Ribeiro, quando este admite, para o próprio mundo rural, que, por volta de 1880-90, «o essencial do antigo regime económico» tinha desaparecido (*A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo*, Lisboa, 1970, p. 23 — livrinho em que o grande geógrafo comenta e critica a obra monumental do Prof. Albert Silbert sobre o declínio do Antigo Regime em Portugal: *Le Portugal méditérranéen*, Paris, 1966).

A intensificação capitalística do sector industrial, muito marcada entre 1875 e 1880, com a criação ou a transformação de numerosas empresas no sentido da substituição da manufactura pela maquinofactura, não exclui, antes supõe, um alargamento paralelo da «submissão formal»: «Se a produção de mais-valia *absoluta* corresponde à submissão *formal* do trabalho ao capital, a da mais-valia *relativa* corresponde à submissão *real* do trabalho ao capital», escreve Marx na já citada secção G de *Um Capítulo Inédito de «O Capital»*. E prossegue: «Se considerarmos separadamente cada uma das formas de mais-valia, absoluta e relativa, a da mais-valia absoluta precede sempre a da mais-valia relativa. Mas a estas duas formas de mais-valia correspondem duas formas distintas de produção capitalista, abrindo sempre a primeira caminho à segunda, se bem que esta última, que é a mais desenvolvida das duas, possa, por sua vez, constituir depois a base para a introdução da primeira em novos ramos da produção.»

Valerá a pena prolongar a citação para esclarecer um ponto sistematicamente obscurecido, o da relação da pequena oficina com a produção capitalista, via mercado: «A transformação puramente formal da oficina artesanal em oficina capitalista, subsistindo inicialmente o mesmo processo tecnológico, corresponde à eliminação *de todos estes entraves* [corporativos: abolidos por lei em Portugal em 1834], modificando-se assim também a relação de dominação e de subordinação existente. O mestre deixa de ser capitalista porque é mestre, mas mestre porque é capitalista. A sua produção deixa de ser limitada pelos entraves impostos ao seu capital. Pode trocar à vontade todo o seu capital (dinheiro) contra toda a espécie de trabalho e, portanto, de condições de trabalho. Pode mesmo deixar de ser ele próprio artesão. Por si só, a extensão súbita do comércio e, portanto, a procura de mercadorias pelo conjunto dos comerciantes bastariam para arrastar a oficina artesanal para além dos seus limites e para a transformar virtualmente em oficina capitalista.»

Este modelo de industrialização assentava, porém, na expansão do sector exportador primário, cabendo bem dentro do modelo que Celso Furtado descreve, na sua *Teoria do Desenvolvimento Económico*, como uma «1.ª fase» que estaria concluída quando a parte do sector manufactureiro do produto nacional se elevasse a uns 10 %. Que este limiar tinha sido atingido e, se calhar, até ultrapassado por finais da década de 1880, testemunha-o o seguimento dos acontecimentos. Resumindo o modelo de Furtado, que se aplica como uma luva à crise portuguesa de 1890, para além das suas sobredeterminações externas (Ultimato Britânico de 1890, interrupção momentânea dos envios de dinheiro do Brasil devida à própria crise brasileira, que se exprimiu social e politicamente pela abolição da escravatura e proclamação da República), o que sucede é o seguinte: quando o sector exportador sofre retracção brutal, a partir de 1888, e a balança de pagamentos atinge o ponto de ruptura da inconvertibilidade da moeda e da bancarrota do Estado, o sector manufactureiro não só não sossobra, como vai beneficiar do proteccionismo objectivamente instituído pelas dificuldades cambiais (o famoso «ágio de ouro» que Salazar estudou mais tarde).

Todas as indicações vão efectivamente no sentido da verificação do modelo de Furtado: como já sucedera, de resto, em 1876, a «consolidação de capitais» industriais do período imediatamente anterior à bancarrota constitui mesmo um dos elementos de aceleração da crise. A expansão do sector algodoeiro no mercado ultramarino, o aparecimento da produção

nacional de cimento, o incremento ainda hoje palpável da construção civil durante a *belle époque* e o alargamento dos fornecimentos de alfaias, algumas de certa envergadura, à agricultura — base sobre a qual se começou a expandir, por exemplo, a Duarte Ferreira, do Tramagal — são outras tantas indicações do novo e decisivo «salto» industrial da década de 1890, ao abrigo de margens de lucro alargadas pela inconvertibilidade da moeda e pela retracção do sector exportador primário, tanto assim, que até se chegou a estudar então, embora sem êxito, a introdução da indústria siderúrgica.

Esta passagem decisiva da fase da mais-valia absoluta à mais-valia relativa — antecedida pela significativa introdução do trabalho por turnos na grande indústria algodoeira do Norte, conforme, aliás, o modelo de Furtado — comporta, como era de esperar, uma intervenção operária determinante: as conquistas do reformismo operário em 1890-92 estão para a nossa formação social como os Factory Acts para a Inglaterra, isto é, como a luta contra a longa jornada de trabalho está, no modelo de Marx, para, repetimos, a passagem da mais-valia absoluta à mais-valia relativa. Entre 1890 e 1892, os operários portugueses arrancam sucessivamente o direito de associação, a protecção do trabalho das mulheres e crianças, a vigilância sanitária das condições de trabalho, os tribunais de trabalho e a Bolsa do Trabalho. Que a maior parte destas medidas pouco impacte tenha tido na prática não exclui nem a conquista de um quadro legal de actuação autónoma, fora do rotativismo monárquico ou mesmo da alternativa republicana, nem, sobretudo, que a classe fabril tenha dado entrada, na década de 1890, num período de organização afanosa: muitas das greves da década, como, por exemplo, a dos conserveiros do Algarve, não têm por objectivo senão o reconhecimento patronal da «associação de classe» já admitida pela lei. Através de várias rupturas, esta vaga grevista constitui de qualquer modo a base da grande ofensiva operária dos primeiros 25 anos do século XX, ofensiva que, mais do que qualquer outro elemento, dá a medida de maturação das relações de produção capitalistas em Portugal e que, ao revelar-se incapaz de produzir a sua própria alternativa social global, dá lugar, como subproduto, à implantação da República e, como reacção, ao 28 de Maio. Mas isto, como dizíamos acima, são contos para mais tarde *.

* Estes últimos adiantos serão desenvolvidos numa tese de doutoramento (3.º ciclo) a defender proximamente em Paris sob o título: *Portugal, 1890-1914: Classes Sociais, Poder Político e Crescimento Económico.*